



eBook 3

Neste eBook vamos falar sobre os seus **fundamentos legais**, que nada mais são que a conexão entre as regras, o que está escrito na Lei e a aplicação prática.



Toda Lei estipula regras, mas elas não se separam da boa-fé, ou seja, da retidão de intenção, ou a sinceridade das pessoas.

A **boa-fé** é um dos princípios fundamentais do direito privado brasileiro e estabelece um padrão ético de conduta esperado pelas partes.

Quando falamos em boa-fé, tratamos basicamente da obediência e do cumprimento das obrigações de cada parte quando fechamos um negócio, compartilhamos dados para determinada atividade e demais informações utilizadas para uma finalidade específica.

No caso da LGPD, quando recebemos o dado do titular ou compartilhamos esta informação com outra empresa, precisamos zelar pela guarda segura, inclusive nos meios digitais, e utilizar o dado apenas para determinado objetivo, não realizando qualquer outra conduta, irregular ou ilícita, que possa colocar em risco o direito daquele cliente/parceiro, que é titular do dado pessoal.

E o artigo 2º da LGPD define que a proteção de dados pessoais tem os seguintes fundamentos:

1. **Respeito** à privacidade
2. **Autodeterminação** informativa
3. **Liberdade de expressão**, de informação, de comunicação e de opinião
4. **Inviolabilidade** da intimidade, da honra e da imagem
5. **Desenvolvimento** econômico e tecnológico e a inovação
6. **Livre iniciativa**, a livre concorrência e a defesa do consumidor
7. **Direitos humanos**, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais

Portanto, a LGPD traz diversos princípios oriundos da Constituição Federal Brasileira, com a finalidade de assegurar maior cumprimento dos direitos fundamentais dos titulares de dados, coletados e processados em território nacional, além de desenvolver regras claras sobre o uso de dados em massa pelas empresas privadas, garantindo que serão tratados e coletados para uma finalidade específica, que estão seguros pelos meios de controle de segurança da informação e que vão passar apenas pelas áreas e pessoas responsáveis para a sua tratativa.